

Mudança Política e Regimes Políticos Paradigmas de Política Comparada e um Retorno à História?

Political Change and Political Regimes Paradigms of Comparative Politics and a Return to History?

Antônio Sérgio Rocha¹

Resumo: Na área de Política Comparada, o colapso da Teoria da Modernização e sua ênfase em uma perspectiva evolucionista dos sistemas políticos levaram à emergência de um paradigma de análise política que, em larga medida, desconsiderou a questão da gênese das instituições em favor do exame sistemático do efeito das instituições sobre os resultados da política. Argumentamos que essa abordagem levou a certo presentismo na produção da ciência política brasileira, que pode ser superado com a reincorporação da história nas pesquisas sobre a mudança política e a construção institucional.

Palavras-chave: Mudança política. Política comparada. Regimes políticos. Construção institucional.

Abstract: In the field of Comparative Politics, the collapse of Modernization Theory and its emphasis on an evolutionary perspective of political systems led to a emergence of a paradigm of political analysis that largely ignored the question of the genesis of the political institutions in favor of systematic of the effects of institutions on policy outcomes. We argue that this approach led to certain presentism in the production of Brazilian political science, which can be overcome with the reincorporation of History in research on political change and institution construction.

Key-words: Political change. Comparative politics. Political regimes. Institutional-making.

¹ Docente de Ciência Política da UNIFESP e coordenador da pesquisa “Em busca do processo constituinte, 1985-1988” (Convênio Cedec-Mackenzie). Contatos: asergio@cedec.br.

Introdução

Nas últimas décadas, cresceu exponencialmente na Ciência Política a importância atribuída às instituições na explicação do processo político mais geral (HALL e TAYLOR, 1996). Em sua quase totalidade, entretanto, essa literatura cingiu-se ao estudo dos efeitos de uma determinada configuração institucional sobre os resultados políticos. Tipicamente, a abordagem do assim chamado neoinstitucionalismo supõe uma estrutura de regras do jogo político estável e dada, orientando seus esforços investigativos para a elucidação do comportamento político dos atores de interesse – sejam eles eleitores, legisladores, burocratas ou outra categoria que venha a ser especificada (JEPPERSON, 1991; OSTROM, 1986; SHEPSLE, 1989; WINDHOFF-HERETIER, 1991).

A abordagem do neoinstitucionalismo na Ciência Política – em especial, na sua vertente da escolha racional – representou nada menos que uma autêntica revolução kuhniana (1994), em termos de paradigma explicativo dos fenômenos políticos. No Brasil, a fecundidade dessa abordagem pode ser atestada pela ampla produção de Figueiredo e Limongi (2002a; 2002b; 1999; 1994; 1993), renovando por inteiro a compreensão das atividades e da produção do Congresso Nacional e de suas consequências para o funcionamento do sistema político brasileiro, refutando versões correntes e oferecendo explicações alternativas. O conhecimento empírico da estrutura e dos modos de operação da democracia brasileira, tal como plasmada pela Constituição Federal de 1988, tornou-se um exitoso programa de pesquisa na Ciência Política.

Transcorridas cerca de duas décadas de intensa produção dessa literatura de base neoinstitucionalista, algumas de suas limitações foram também gradativamente se evidenciando. Antes de tudo, a empreitada de redução da própria política ao âmbito das instituições políticas – em especial, a centralidade conferida às relações Executivo-Legislativo para a explicação da política brasileira. Em seguida, a desconsideração de variáveis que não fossem de natureza institucional, na aposta de que nessa instância já compareceriam todos os elementos do mundo social de relevância para a explicação do político. Por terceiro, e de importância central na proposta deste artigo, teria havido uma

subestimação da dinâmica histórica na avaliação dos processos políticos². Esse corte com a história levaria a Ciência Política brasileira a certo *presentismo*, confinando as análises aos objetos imediatamente dados. Os estudos sobre a gênese dos fenômenos políticos de interesse e dos processos de construção institucional foram, em larga medida, deixados de lado.

Neste artigo, sugerimos que o malogro do paradigma do “desenvolvimento político”, surgido nos EUA na década de 1950 e estruturador da Política Comparada em termos de especialização acadêmica (e, na realidade, área nucleadora da perspectiva hegemônica da própria Ciência Política por várias décadas), contribuiu superlativamente para a desconsideração da história como variável explicativa relevante. Após tratar brevemente desse tópico, introduzimos os traços básicos da literatura sobre as transições políticas que levaria, na realidade, à formação de todo um novo paradigma de estudo da política comparada. Por fim, sugerimos que a modalidade de retorno à história pode revigorar os estudos de mudança política e de construção institucional.

A Teoria da Modernização: crises e sequências no desenvolvimento político

O estudo e a análise dos distintos regimes políticos podem ser encontrados desde, pelo menos, os escritos de Aristóteles. Em sua obra *A política*, a análise comparativa de 38 constituições das cidades gregas que ele empreende fixaria uma tipologia de regimes políticos cujo impacto e influência perduraria por vários séculos (BOBBIO, 1981). Com Montesquieu, buscaram-se os determinantes sociais dos regimes políticos, numa abordagem que alguns consideram formativa da própria disciplina da sociologia (ARON, 1982). O tempo dos precursores da política comparada culminaria na obra *Democracia na América*, em que Alexis de Tocqueville (1998) oferece explicações para a emergência e o vigor desse regime político em terras do Novo Mundo.

Em termos de especialização acadêmica e atividade profissional, o estudo comparado dos regimes políticos se consubstanciaria no ambiente universitário

² Não caberia aqui uma avaliação pormenorizada da vasta produção e dos muitos aspectos da Ciência Política brasileira pós-CF 88 pela limitação de espaço e de domínio possível sobre tema tão amplo por parte do autor.

norte-americano em fins de 1950. Num artigo intitulado *Alguns requisitos sociais para a democracia* (1959), o sociólogo Seymour M. Lipset elaborou a primeira versão do que depois se chamaria de Teoria da Modernização. Lipset investigou a associação entre os dados agregados de diversos países do mundo e encontrou uma forte correlação estatística entre o grau de desenvolvimento econômico de cada um (cuja renda *per capita* é tomada como seu indicador) e o seu regime político. A partir desses achados empíricos, a conclusão de Lipset era lapidar: “Quanto mais desenvolvido economicamente um país, maior a sua chance de ter um regime democrático (1959, p. 73)”.

Note-se que, a rigor, correlações estatísticas não implicam nexos causais. Mas foi precisamente nos termos de relações causais entre essas duas instâncias que o artigo seria lido. Lipset, ademais, não oferecia no artigo nenhuma explicação teórica sobre como se daria o impacto do desenvolvimento econômico sobre as chances de existência um regime democrático. Para os outros autores que se lhe seguiriam, a inspiração para a construção desse marco teórico seria buscada na sociologia de Talcott Parsons.

Em termos muito esquemáticos, a perspectiva parsoniana do processo de diferenciação social fornecia a chave explicativa nos seguintes termos. Haveria, de um lado, as ditas sociedades tradicionais, com base econômica agrária e atividades de subsistência. Por essa razão, sua estrutura social exibiria baixa diferenciação social, com papéis sociais cumulativos desempenhados pelas mesmas pessoas. Para a família, incumbia a função social de cuidar da sobrevivência física, da educação e mesmo da alfabetização dos filhos. A transmissão dos valores sociais se dava essencialmente por meio da instrução religiosa. Nessas sociedades, a política é parte da dominação social, razão pela qual o regime político é inescapavelmente autoritário. De outra parte, existem as ditas sociedades modernas, que contam em sua base uma economia industrial de mercado, cuja produção é voltada para o lucro. Exibem alto grau de diferenciação em sua estrutura social, com funções que vão ganhando autonomia. A educação, por exemplo, passa a ser feita na escola; a saúde é tratada por médicos; a economia dispensa a interferência do Estado, e assim por diante. Nesse processo, a política se torna então uma esfera autônoma, levando à emergência de um regime político de caráter democrático.

Dito de outra maneira: da perspectiva da Teoria da Modernização, o governo representativo e a democracia política seriam uma função direta do processo de desenvolvimento econômico e social por que passam os países. Assim, a modernização consistiria em uma gradual diferenciação e especialização de estruturas sociais que culminaria na separação das estruturas políticas das demais estruturas sociais, com isso tornando possível o regime político democrático³. O encadeamento causal específico da mudança política consistia, então, numa sequência determinada de industrialização, urbanização, educação, comunicação, mobilização social e incorporação política⁴. Haveria, portanto, um padrão definido de desenvolvimento político que virtualmente todos os países do mundo trilharam, ou viriam a trilhar, rumo a um regime democrático⁵.

O evolucionismo ínsito à Teoria da Modernização era claro e aberto, e seu apelo normativo mais ainda. Havia um *telos*: uma democracia política nos moldes de seu modelo americano. E havia um caminho: uma acumulação progressiva de mudanças sociais que levaria uma sociedade a seu ápice – a democratização. A pretendida convergência nos processos de modernização nos mais diversos países do mundo alojaria o paradigma do *political development* no coração da Política Comparada, e esta, de certo modo, como sinônimo de Ciência Política (americana) *tout court*.

Somente em 1966, a Teoria da Modernização sofreria a sua primeira revisão crítica pelas mãos do também norte-americano Barrington Moore. A partir do seu extenso estudo macro-histórico intitulado *As origens sociais da ditadura e da democracia* (1983), Moore concluiria que, em realidade, teriam existido três rotas para a sociedade moderna e não apenas uma, como acreditou Lipset. Para ele, as rotas foram as seguintes:

- i) Rota Clássica: deflagrada a partir das revoluções burguesas do século 18, as mudanças por elas introduzidas destruíram as bases agrárias dessas sociedades, alterando radicalmente as estruturas tradicionais. Isso pôs fim

³ Para uma versão resumida e sistematizada do argumento, cf. Germani (1974).

⁴ Cf. Almond e Powell Jr. (1980) para uma sucinta e representativa visão dessa perspectiva do desenvolvimento político.

⁵ Em termos práticos, o interessante é que essa conclusão veio a alicerçar o programa do governo americano “Aliança para o Progresso”.

às relações servis no campo, abrindo caminho para a igualdade democrática. Esta teria sido a única rota em que houve a conciliação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento político – ou, em outras palavras, entre capitalismo e democracia;

ii) Rota da Modernização Conservadora: também denominada de “revolução pelo alto”, essa alternativa teria ocorrido, segundo Moore, na Alemanha, na Itália e no Japão. Nesses países, a introdução da industrialização não liquidou as relações tradicionais no campo; em vez de dissolver tais relações, o que houve foi um aumento ainda maior da exploração do camponês (a chamada “segunda servidão”). Desse modo, essa rota teria levado ao surgimento dos regimes fascistas e nazistas⁶;

iii) Rota do Comunismo (ou da “revolução camponesa”): trajetória que o autor considera ter ocorrido na China e na Rússia. Nestes locais, a burguesia era consideravelmente frágil e de precária implantação social – mas a nobreza agrícola também. O que houve foi uma estruturação socioeconômica ambivalente: a introdução de técnicas agrícolas modernas ajudou a desalojar as relações tradicionais no campo, mas não lograram se hegemonizar como uma produção industrial. Um comunismo de base agrária foi o resultante regime político.

Nessa época (1966), Moore trabalhava no Centro de Estudos da União Soviética, na Universidade de Harvard. Em sua avaliação, a rota da modernização pela primeira via estava perdida para maioria dos países por causa de sua sequência histórica específica. O que Moore se punha como indagação era o seguinte problema: qual será a quarta rota – aquela que seguirão os países da América Latina, África e Ásia? O cientista político Samuel Huntington, também de Harvard, se incumbiria de oferecer uma resposta a isso.

⁶ De modo análogo, o antropólogo Otávio Velho (1976) utilizou o aparato analítico de Barrington Moore para apontar que a manutenção da grande propriedade fundiária no Brasil teria dado ensejo à modernização conservadora ocorrida no país a partir do golpe de 1964.

Em 1968, Huntington publicava um livro denominado *A Ordem política em sociedades em mudança*⁷, em que respondia à indagação de Moore com é a seguinte proposição: “A quarta rota é necessariamente autoritária”. Note-se que a assertiva era, de um lado, uma constatação (já haviam acontecido golpes de Estado em vários países), mas era também, por outro lado, uma recomendação: Huntington foi consultor político de diversos governos autoritários na América Latina – inclusive do general Golbery do Couto e Silva, no Brasil.

Em termos teóricos, o grande adversário de Huntington era o próprio Lipset, que havia sustentado que desenvolvimento econômico e democracia andavam juntos. Ele procura rebater a tese lipsetiana com base na seguinte argumentação:

- Do ponto de vista do desenvolvimento econômico, a variável-chave é o montante disponível de investimentos. Mas, o investimento só pode advir da formação de poupança. Em países pobres, essa poupança tem que surgir necessariamente através da concentração da renda dos trabalhadores – seja por parte dos capitalistas, seja das autoridades do Estado;
- Do ponto de vista do funcionamento da democracia, ocorre que os trabalhadores têm direito a voto e, através de eleições, pressionam os políticos eleitos por políticas públicas redistributivas. Com isso, a poupança pública não se forma, os investimentos caem, o país não cresce;
- Conclusão de Huntington: a democracia cerceia o desenvolvimento econômico; a ditadura é o preço inevitável a pagar pelo desenvolvimento econômico. Ou, dito de outro modo: as ditaduras são necessárias para gerar incremento econômico: “A participação política deve ser restringida, ao menos temporariamente, em prol do desenvolvimento econômico”.

Os desafios à Teoria da Modernização se multiplicam – seja do ponto de vista analítico, seja com base em amplos estudos empíricos. Guillermo O'Donnell, cientista político argentino que se doutorou em Yale (e que trabalhou muitos anos no Brasil lecionando no DCP-USP e pesquisando no Cebrap), desenvolveu uma teorização que também contesta frontalmente a tese de Seymour Lipset: a

⁷ No Brasil, seria publicado em 1975 pela Forense Universitária.

associação entre o desenvolvimento econômico e a democracia política. Na América Latina, observava O'Donnell, os países com maior grau de desenvolvimento econômico foram precisamente aqueles onde ocorreram golpes de Estado e instalação de ditaduras: Brasil (1964), Chile (1973), Uruguai (1974) e Argentina (1976). A partir dessa constatação, O'Donnell reestuda o processo de desenvolvimento econômico desses países, procurando as suas reverberações na esfera da política. Em seu livro *Análise do autoritarismo burocrático*⁸, ele avança a seguinte explicação:

- Os países latinos recorreram ao chamado processo de industrialização por substituição de importações (ISI) para desenvolver-se. Na chamada 'fase fácil' desse processo (produção da indústria leve e de bens duráveis com elevadas tarifas protecionistas), a relação entre política e economia realmente se dava tal como diagnosticara Lipset;
- Entretanto, ao ter início a fase de industrialização pesada (*i.e.*, da produção de bens de capital), as circunstâncias se alteram radicalmente: tais processos demandam um altíssimo nível de investimento, num montante que não está disponível para os países latinos. A via escolhida torna-se, então, a exclusão das classes trabalhadoras da arena política – via repressão estatal – com a consequente compressão do salário real da classe média para baixo;
- Essa combinação de crescimento econômico-*cum*-repressão política dá origem uma nova forma política, que O'Donnell denomina de *regimes burocráticos-autoritários (B-A)* para ressaltar a aliança dos militares, em posição de mando, com os tecnocratas civis, alojados nos altos postos da burocracia estatal.

A importância da teorização de O'Donnell pode ser aferida pela publicação de um volume dedicado ao seu livro, com contribuições de importantes cientistas políticos e sociólogos (Collier, 1979). A obra deflagra uma empreitada de

⁸ Lançado pela Paidós em 1972 com o título *Modernización y Autoritarismo* e no ano seguinte pela Universidade da Califórnia, como *Modernization and Bureaucratic Authoritarianism*. Politics of Modernization Series, n. 9. O livro só seria lançado no Brasil em 1990, pela editora Paz e Terra, com o título de *Análise do autoritarismo burocrático*.

elaboração de uma tipologia dos autoritarismos, tomados como uma categoria intermediária entre a democracia representativa e o totalitarismo. A Política Comparada se converte, assim, num empreendimento de análise dos ditos regimes autoritários.

Institutions matter: escolha racional e ação coletiva

Em fins da década de setenta e início dos oitenta, a Política Comparada passa por uma verdadeira revolução – no sentido que lhe dá Thomas Kuhn (1994). Há, antes de mais nada, a recusa à história como marco explicativo, denunciada como epistemologicamente deficiente e politicamente impotente. A busca dos longínquos e remotos determinantes socioeconômicos dos regimes políticos no tempo é considerada epistemologicamente falha porque envolveria a identificação de uma cadeia de nexos causais virtualmente impossível de ser sustentada em intervalos temporais tão dilatados, como pretendiam autores como Moore (1966) – ou, em termos nacionais, a tese da matriz portuguesa do Estado brasileiro, tal como aquele teria se formado já no século XII na Europa, como defende Faoro (1975). A esse tipo de argumento ultra-histórico, autores como Elster (1983) denominarão de *histerese*.

Por outro lado, se o regime político de um dado país está na dependência de circunstâncias históricas que lhe ocorreram vários séculos antes, então não há muito mais o que fazer em termos do agir político: o jogo já está jogado e, aos seus habitantes, só resta a resignação (ou o júbilo) ante o que o processo histórico lhe reservou.

Ambas as críticas informam poderosamente o marco analítico da obra *princeps* dessa nova literatura, que é o conjunto de quatro volumes organizados por Schmitter, Whitehead e O'Donnell, denominada *Transitions from Authoritarian Rule*. (1986). Esses autores e os demais colaboradores dos volumes colocam grande ênfase na perspectiva da autonomia da política, aberta ao fazer humano – em especial, nas circunstâncias de crise de regimes autoritários e do processo de construção de uma nova ordem institucional.

A literatura sobre as transições políticas e eventual consolidação democrática – que depois seria jocosamente denominada de *transitologia*⁹ – sofre também o impacto do *zeitgeist* científico: a vitória dos programas reducionistas em filosofia da ciência. Um programa reducionista se caracteriza por buscar a explicação de um fenômeno recorrendo a um nível de complexidade imediatamente inferior ao patamar em que se dá o evento de interesse (SALMON, 1984). Na Física, o programa reducionista levará ao estudo do átomo (e seus componentes) para o entendimento da matéria em geral; na Biologia, a explicação da estrutura dos seres vivos será buscada nos processos de identificação dos elementos mais básicos, que culminariam no programa de pesquisa dos genomas. Na Política Comparada, a estratégia redundará na adoção do individualismo metodológico. Em última instância, todo e qualquer fenômeno político poderia ser explicado a partir das escolhas individuais e da ação coletiva dos atores de interesse.

Há ainda outra redução operada por essa literatura: a esfera da política é tomada como o domínio próprio das instituições políticas. Mas note-se que as instituições deixam de ser tomadas como variáveis dependentes, como na abordagem da Teoria da Modernização, e passam a ser o fator-chave na explicação dos processos decisórios. Mais ainda: instituições não são reificadas e consideradas em seu grau evolutivo, como um modelo ideal a ser perseguido e emulado pelos sistemas políticos nos mais diversos quadrantes do planeta – como, mais uma vez, era o caso no paradigma anterior. Nessa nova literatura, instituições são entendidas como o conjunto de restrições às escolhas políticas dos atores; são decisões congeladas, sobre as quais não importa tanto examinar como surgiram e foram produzidas e sim a identificação e análise de seus efeitos sobre o resultado político (GRAFSTEIN, 1992). Esse é o sentido do mantra, do brado de guerra da nova abordagem em Política Comparada: “*Institutions matter*” (WINDHOF-HERETIER, 1991). E instituições contam e importam para a análise política precisamente porque conformam as escolhas e o comportamento político dos distintos atores: são as regras do jogo da política.

⁹ Termo cunhado por Phillipe Schmitter para referir-se à ampla literatura que se ocupou do estudo das transições políticas na América Latina e no Sul da Europa.

A tarefa dos cientistas políticos passa então a ser o exame dos efeitos de um dado conjunto de regras institucionais sobre o desempenho de um dado sistema político. No Brasil, essa abordagem gerou uma reorientação de pesquisas que gerou um sólido conhecimento sobre o funcionamento do Congresso Nacional (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1998), sobre o sistema partidário (NICOLAU, 1995), sobre sistemas eleitorais (SCHMITT, 1999), sobre o federalismo (SOUZA, 1997), sobre o processo orçamentário (ROCHA, 1996), entre vários outros aspectos do sistema político brasileiro, refutando cabalmente visões sobre a “ingovernabilidade” do país sob o novo ordenamento constitucional (LAMOUNIER, 1993; 1994) e dos “entraves” que acometeriam a democracia brasileira (AMES, 2005).

No entanto, se a literatura do chamado novo institucionalismo influiu a agenda de pesquisa em Ciência Política no Brasil, houve também perdas intelectuais e acadêmicas na abordagem adotada. O exame sistemático dos efeitos das instituições políticas levou a um constante *presentismo* na produção da área – não apenas pelo fato dos objetos de pesquisa serem cada vez mais contemporâneos dos pesquisadores, mas à perda da dimensão histórica das problemáticas e das análises. E há outra limitação relevante no paradigma institucionalista: a política se explica a si mesma o tempo todo. Há, portanto, razões de peso para retomar-se o estudo da gênese das instituições políticas, ampliando o repertório de explicações dos processos de mudança política.

O estudo da mudança política e da construção institucional: história sem historicismo?

No volume sobre as transições políticas em que se tenta um balanço geral desses processos, Guillermo O'Donnell (1986) expressava um ceticismo radical quanto à possibilidade de uma teoria da mudança política, ou de que fosse possível apreender e processar cientificamente, em termos de regularidades, a “extraordinária incerteza” dos processos de transição, “com suas inúmeras surpresas e difíceis dilemas”.

Quase duas décadas depois, em artigo na revista Dados (1999), O'Donnell reconhecia a inexistência na Ciência Política de uma teoria genética satisfatória das instituições, assim como de uma teoria da construção democrática – que na verdade deveriam constituir uma única teorização. Mas ele próprio fazia uma autocrítica, defendendo a necessidade de se reintroduzir uma Ciência Política historicamente atenta à mudança política, de modo a combater a tendência a-histórica e o foco estreito nos aspectos formais de regime que se encontram em muitas das teorias correntes da democracia. E a lacuna ensejada pela ausência de uma teorização dessa modalidade se faz sentir em diversas áreas da Política Comparada. Como assinala Elster (1993), o campo dos “estudos comparativos de processos de construção constitucional é virtualmente inexistente”. Nessas condições, esse autor toma como ponto de partida os esforços para fazer avançar o entendimento das “forças e mecanismos” que atuam nos processos constituintes (ELSTER, 1988; 1995; 1998).

O que nos parece constituir o objetivo a ser visado é a reaproximação de duas tradições que atualmente se encontram afastadas na cena intelectual nacional: a Ciência Política e a História. Ainda que não se assuma o desafio proposto por Tilly (2006; 1999) há mais de duas décadas – de uma volta ao estudo de “grandes estruturas” e de “processos de larga escala” a fim de se produzir “enormes comparações” –, a abordagem histórica pode permitir um ganho considerável para o cientista político. Através dela, seria possível sugerir interações entre sequências causais que convergem num determinado momento e que podem explicar eventos específicos (PIERSON, 2004). É o caso do estudo de “conjunturas críticas” (como colapsos de regimes políticos, por exemplo) ou de investigações interessadas na reconstrução da sociogênese de um fenômeno ou instituição política (STEIMO, TELLENAND LONGSTRECH, 1992). Modelos muito formalizados, postulados teóricos universais e tipologias abstratas tendem a perder relações causais mais complexas, ignorar hipóteses válidas, desconsiderar importantes processos políticos e o modo pelo qual afetam o mundo social. Daí a recomendação feita por Pierson e Skocpol (2002) da importância, para o cientista político, de uma visada não para o passado, mas para “processos ao longo do tempo”.

Essa volta aqui sugerida tem a ver então com a necessidade de recuperar a dimensão histórica para os estudos políticos. Há, no entanto, que se ter cautela e buscar evitar três discutíveis estilos de retorno à história (KOSELLECK, 2006):

- O estudo do passado por si mesmo, esforço que, em geral, termina em descrições de fenômenos únicos e de interesse limitado no tempo e no espaço;
- O estudo do passado com o intuito de encontrar indícios, evidências ou exemplos para ilustrar e confirmar uma teoria ou um modelo explicativo construído *a priori*;
- E o estudo do passado como um reservatório, no qual se buscam casos para comparação com problemas do presente—que seriam de fato os objetos de interesse efetivo.

Nessas três variantes de historicismos, a vingança de Clio pode efetivamente vir a ser maligna. Uma opção pode ser a empreitada de elaboração de memórias sobre os eventos políticos, de forma a articular, a partir das experiências vividas pelos atores políticos, uma narrativa e elaboração de um exame da dinâmica da mudança política e da construção das instituições políticas (ALBERTI, 2005; RICOUER, 2001; FERREIRA, 1994; NORA, 1993; PORTELLI, 1995; POLLACK, 1989). Essa bem pode se tornar uma agenda de pesquisa em Ciência Política que recupere a dimensão histórica que parece lacunosa na disciplina no país.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. *Manual de História oral*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALMOND, G. e POWELL JR., B. *Uma teoria de Política Comparada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- AMES, B. *Os entraves à democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- BOBBIO, N. *A teoria das formas de governo*. Brasília: UnB, 1981.

BRESCIANI, S; NAXARA, M. (org.). *Memória e Ressentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004.

COLLIER, D. (ed.) *The New Authoritarianism in Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 1979.

ELSTER, J. "Constitution-making in Eastern Europe: rebuilding the boat in an open sea". *Public Administration*, v. 71, n. 1-2, p. 169-217, mar., 1993.

_____. "Introduction". In: ELSTER, J. and SLAGSTAD, R. (eds.). *Constitutionalism and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

_____. "Forces and Mechanisms in the Constitution-Making Process". *Duke Law Journal*, v. 45, n.2, p.364-396, 1995.

_____. "Deliberation and Constitution Making". In: ELSTER, J. (ed.). *Deliberative Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

_____. *Explaining Technical Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

FAORO, R. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro: Globo, 1975.

FERREIRA, M. de M.(org.). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

FIGUEIREDO, A. C. e LIMONGI, F. "Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária". São Paulo: mimeo, 2002a.

_____. "Em Busca do Orçamento Perdido – (I), (II) e (III)". São Paulo: mimeo, 2002b.

_____. "Forma de Governo, Leis Eleitorais e Poder de Agenda". Trabalho apresentado ao XXIII Encontro Anual da ANPOCS, 2000a.

_____. "Executivo e Legislativo na formulação e execução do Orçamento Federal". Trabalho apresentado no II Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. São Paulo, novembro de 2000b.

_____. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

_____. "Congresso Nacional: Organização, Processo Legislativo e Produção Legal". *Cadernos de Pesquisa CEBRAP*, nº 5. Editora Entrelinhas, 1996.

_____. “O Desafio do Congresso Nacional: Mudanças Internas e Fortalecimento Institucional”. *Cadernos de Pesquisa CEBRAP*, nº 3. Editora Entrelinhas, 1993.

GERMANI, G. *Sociologia da modernização*. São Paulo: Mestre Jou, 1974.

GRAFSTEIN, R. *Institutional Realism*. New Haven: Yale University Press, 1992.

HALBWACHS, M. *Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, P. e TAYLOR, R., 1996. “Political Science and the Three New Institutionalisms”. Mimeo, 1996.

HUNTIGTON, S. *A ordem política em sociedades em mudança*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

JEPPERSON, R. “Institutions, Institutional Effects, and Institutionalism”. In POWELL, W. e DiMAGGIO, P. *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1994.

LAMOUNIER, B. “A democracia brasileira, de 1985 à década de 90: a síndrome da paralisia hiperativa”. In: VELLOSO, J. P. R. (org.). *Governabilidade, sistema político e violência urbana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

_____. “Um projeto, três utopias: variações sobre o tema da reorganização político-institucional brasileira”. In: VELLOSO, J. P. R. (org.). *A modernização política e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

LIPSET, S. M. “Some Social Requisite of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy”. *American Political Science Review*, v. 53, n. 1, p. 69-105, 1959.

MENEZES, M. A. “História oral: uma metodologia para o estudo da memória”. *Vivência*. Natal: UFRN/CCHLA, n. 28, , p.23-36, 2005.

NICOLAU, J. M. *O Sistema Partidário Brasileiro (1985-94): Um Estudo sobre as Razões da Fragmentação*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), 1995.

NORA, P. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. *Projeto História*. São Paulo/PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

O'DONNELL, G. “Teoria democrática e política comparada”, *Dados*, vol. 42, n. 4, 1999.

_____. “Democracia delegativa?”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 31, out. 1991.

- _____. *Análise do autoritarismo burocrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- O'DONNELL, G., SCHMITTER, P. and WHITEHEAD, L. *Transitions from Authoritarian Rule*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1986.
- OSTROM, E. "An Agenda for the Study of Institutions". *Public Choice*, v. 48, 1986.
- PIERSON, P. *Politics in Time: history, institutions, and social analysis*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- PIERSON, P. and SKOCPOL, T. . *The transformation of American Politics: Activist Government and The Rise do Conservatism*. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- POLLAK, M. "Memória, esquecimento e silêncio". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.
- PORTELLI, A. "A lógica das narrativas e a aprendizagem da diferença na pesquisa de campo". *Oralidade e subjetividade: os meandros infinitos da memória*. João Pessoa: EDUEPB, 2005.
- PRZEWORSKI, A. "Some problems in the study of transitions to democracy". In: O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P. C.; WHITEHEAD, L. (eds.). *Transitions from authoritarian rule: comparative perspectives*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986.
- QUEIRÓZ, M. I. P. "Relatos orais: do 'indizível' ao 'dizível'. In: VON SIMSON, , O. M. *Experimentos com Histórias de Vida (Itália - Brasil)*pp.14-43. São Paulo: Vértice/Editora dos Tribunais, 1988.
- RICOUER, P. *L'histoire, lamemoire et l'oubli*. Paris: Seuil, 1991.
- ROCHA, A. S. *Retomando o "Poder Sobre as Finanças"? O Congresso Nacional no Processo Orçamentário Pós-Constituinte*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. FFLCH\USP, março de 1996.
- SALMON, W. C. *Four Decades of Scientific Explanation*. Pittsburg: University of Pittsburg Press, 1984.
- SCHMITT, R. A. *Coligações Eleitorais e Sistema Partidário no Brasil*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.
- SHEPSLE, K. "Studying Institutions: some lessons from the Rational Choice Approach". *Journal of Theoretical Politics*, v. 1, n.2, 1989.
- SCHMITTER, P. "The Conceptual Travels of Transitologists and Consolidologists: How Far to the Esat Should They Attempt to Go?". Universidade de Stanford: manuscrito, 1993.

STEIMO, S., THELEN, K. and LONGSTRECH, K. *Structuring Politics. Historical Institutionalism in Comparative Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

TILLY, C. *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons*. New York: Russell Sage Foundation, 2006.

_____. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.

VELHO, O. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1982.

WINDHOFF-HERETIER, A. "Institutions, Interests and Political choice". In: CZADA, R. M. e WINDHOFF-HERETIER, A. (eds.) *Political Choice: Institutions, Rules and the Limits of Rationality*. Frankfurt: Campus/Westview, 1991.